A hora da reparação na UFRGS

Camila Lopes de Moraes e Maria Conceição Lopes Fontoura **(*)**

As ações afirmativas foram instituídas para atender grupos identitários que estão em situação de desvantagem e sub-representados nas posições sociais mais elevadas da sociedade, lugares estes ocupados por pessoas pertencentes aos setores dominantes. As políticas de ação afirmativa surgiram na Índia no início do século 20 e destinavam-se a melhorar a situação de integrantes dos grupos dos Dalits e Adivasis. Os Estados Unidos adotam essas políticas a partir dos anos 60 do século passado, como resposta ao movimento de direitos civis liderado por afro-americanos.

No Brasil, o tema torna-se discussão prioritária a partir de 1995, quando se celebra o tricentenário da imortalidade de Zumbi. Cerca de 40 mil militantes da luta anti-racismo reúnem-se em Brasília e bradam por políticas de promoção da igualdade racial. O governo brasileiro da época assume a existência do racismo no país, dando os passos iniciais para o estabelecimento de políticas afirmativas para a população negra em alguns de seus ministérios.

Em 2001, a 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada na África do Sul, declara ser o tráfico transatlântico um crime de lesa-humanidade. Os países que se valeram de escravidão de africanos e seus descendentes devem implementar políticas para reparar os danos causados pelo regime escravista. O Brasil, por quase quatro séculos, valeu-se da escravidão para produzir as suas riquezas. Já a abolição não foi acompanhada de políticas para inserir os ex-trabalhadores escravizados na nova ordem econômica e social.

É nesse cenário de reparações que as universidades públicas federais são convocadas a adotarem ações afirmativas. O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul criou a Comissão Especial de Ações Afirmativas para elaborar uma proposta de inclusão de cotas raciais e sociais, que será analisada por seus integrantes, para vigorar a partir do vestibular de 2008. Chegou a hora de a UFRGS demonstrar o seu compromisso com a construção de uma sociedade justa, multiétnica e pluricultural, incluindo e valorizando a riqueza trazida por negros, por índios e pelo alunado da escola pública que bate à sua porta. Militantes e simpatizantes da luta pela construção de uma universidade pública plural, estejamos todos unidos nesta causa.

(*) Camila Lopes de Moraes é estudante de Jornalismo do Instituto Porto Alegre (IPA) e **Maria Conceição Lopes Fontoura** é servidora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.